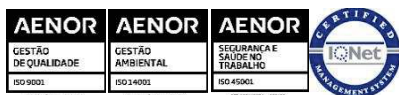




Aquaelvas – Águas de Elvas, S.A.

Relatório e Contas 2025



ÍNDICE

1. RELATÓRIO DE GESTÃO3

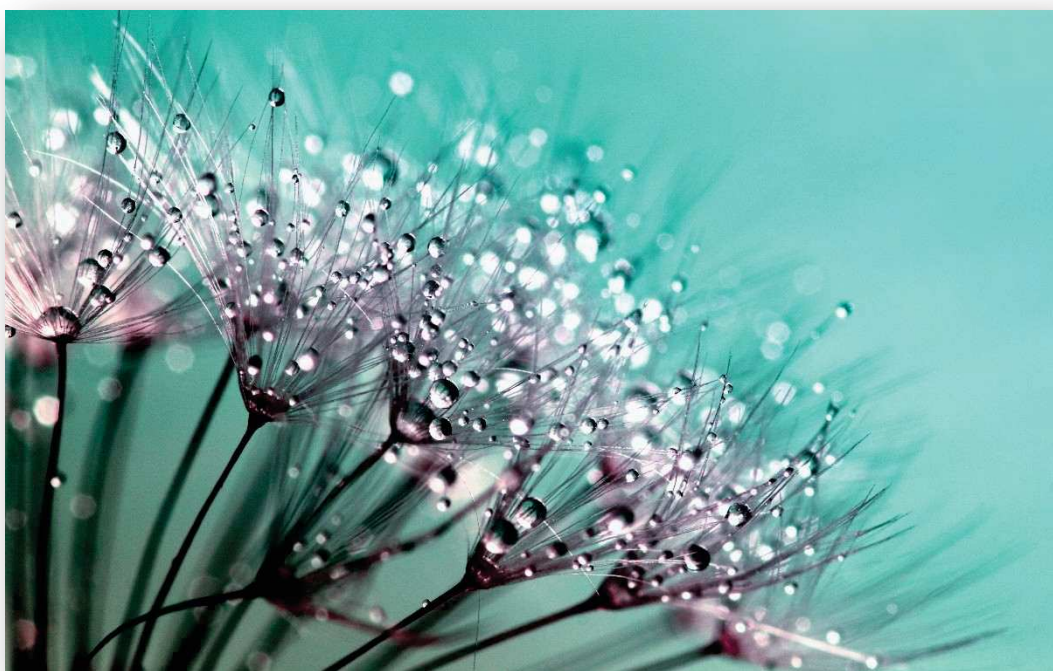
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS17

3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....22

4.CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS.....51

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto na Lei e nos Estatutos da AquaElvas - Águas de Elvas, S.A., submetemos à apreciação da Assembleia Geral, o presente Relatório de Gestão, Balanço, Demonstração Individual de Resultados, Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa, Demonstração Individual das Alterações no Capital e respetivo anexo, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2025.



1. RELATÓRIO DE GESTÃO



ATIVIDADE DA EMPRESA



A AquaElvas - Águas de Elvas, S.A. é a empresa concessionária da Exploração e Gestão dos Sistemas de Distribuição de Água para Consumo Público e Recolha de Efluentes do Concelho de Elvas, por contrato celebrado a 11 de setembro de 2008, com o Município de Elvas e por um período de 30 anos.

A Concessão tem por objeto a exploração e a gestão dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do Município de Elvas, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

Em 2017 foi assinada a alteração de Contrato de Concessão, passando a Concessionária a dispor de uma nova Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) e várias Estações Elevatórias, para sua gestão e manutenção.

Eventos Relevantes

Não ocorreram no período em análise acontecimentos que justifiquem a sua divulgação.

INVESTIMENTO

O Plano de Investimentos da Concessionária, com a alteração do Contrato de Concessão, atinge cerca de 7,7 milhões de Euros, a preços correntes, para todo o período de Concessão.

Além do mencionado Plano de Investimentos, a AquaElvas irá realizar, durante o período de vida da concessão, outros investimentos associados ao seu funcionamento corrente, no valor de aproximadamente 3,7 milhões de Euros.

Plano de Investimentos Executado

Em detalhe, o investimento acumulado em infraestruturas, realizado pela AquaElvas até ao final de dezembro de 2025 é o que se apresenta no quadro seguinte:

		2 025
Plano de Investimentos	Reforço das zonas do Bairro São Pedro, Carvalha e Revoltinho	138 678
	Conduta da Boa Fé (Rua Nossa Senhora de Fátima e Rua Mario Cidrais)	57 537
	Conduta da Calçadinha	473 539
	Telecomando e telecontrolo	523 311
	Acondicionamento dos depósitos de água potável	121 272
	Acondicionamento das instalações de água potável	179 151
	Acondicionamento dos poços/furos	60 636
	Acondicionamento das diferentes EBAP	172 261
	Renovação do parque de contadores	631 748
	SIG	100 000
	Sectorização	289 404
	Coletor Geral da Ribeira de Cêto	772 021
	Plano Investimento Adicional anual	397 337
	Subtotal	3 916 895
Realização de Benfeitorias oferecidas para os sistemas de Distribuição de Água para Consumo Público e de Recolha de Efluentes do Concelho de Elvas	Acondicionamento das diferentes EEAR	86 819
	Saneamento - Linha do Hospital	507 451
	Plano Diretor	30 000
	Saneamento - Avenida da Piedade, estrada de Santa Rita e Avenida António Sardinha	166 784
	Saneamento - Estrada e Loteamento da Carvalha	226 356
	Adução a São Lourenço	61 828
	Coletor do Bairro Europa e Rua de Portalegre	234 128
	Instalação da Estação de Tratamento de Água no Caia	23 012
	Coletor da Piedade. Troço de coletor junto ao restaurante "El Cristo"	73 858
	Intercetor da ribeira do Can-Cão	559 339
	Coletor Pluvial da Rua do Matadouro ao Lagar dos Frades	147 508
Remodelação coletores unitários entre Tv. Novo Espírito Santo, R. Padrão e o Beco do Quartel	147 007	
Subtotal	2 264 090	
Total	6 180 985	

Melhorias Fora do Plano de Investimentos

O detalhe relativo às melhorias não mencionadas no Plano de Investimento e realizadas durante o ano de 2025 é o seguinte:

Plano de redução de fugas

Foram efetuadas várias intervenções no âmbito do plano de deteção de fugas, tendo como objetivo a redução de fugas e a procura de fraudes. O plano de deteção de fugas consiste em relacionar zonas de consumo e faturação com os volumes de água colocados nessas mesmas zonas, sendo que, perante rendimentos baixos é realizado um rastreio da rede de abastecimento através de equipamento específico e diminuindo as zonas de consumo através do fecho de válvulas.

De salientar que, a articulação desta melhoria com a de setorização, telecontrolo e telegestão, permitiu delimitar e seccionar zonas, bem como conhecer consumos diários de cada zona.

Desmatação e limpeza junto a instalações da rede de abastecimento de água e saneamento

De forma a permitir um rápido e fácil acesso as instalações da rede de abastecimento de água e saneamento, são anualmente realizados trabalhos de limpeza e desmatação da zona envolvente de alguns locais que requerem mais manutenção, tais como: captação Trinta Alferes, depósito de Santa Eulália, CE4, CE5, depósito do Caia, depósito da Conceição, depósito da Calçadinha e depósito de Vila Boim. No ano 2025, as ações de desmatação foram levadas a cabo no mês de julho.

Desratização e desbaratização

Por ano são efetuadas intervenções de desratização e de desbaratização em toda a rede de saneamento. Não obstante, qualquer reclamação nos períodos entre as referidas intervenções deu sempre origem a intervenções pontuais nos locais afetados. No total, no ano 2025 foram realizadas 18 ações internas de desbaratização e desratização e 3 ações em vários pontos, em que se recorreu a empresa externa (nos meses de maio, julho e setembro).

ASPETOS TÉCNICOS

Qualidade da Água Distribuída

A qualidade da água distribuída pela aquaelvas, aos utilizadores do concelho de Elvas é verificada através de recolhas efetuadas periodicamente nos pontos de amostragem definidos no PCQA de 2025. As amostras foram analisadas por um laboratório externo, segundo calendarização do programa de controlo da qualidade da água (PCQA) (PCQA) para 2025. Este programa foi aprovado em 27 de dezembro de 2024 pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, elaborado de acordo com a legislação em vigor à data de elaboração do documento, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro.



No ano de 2025, o cumprimento dos valores legislados foi de 98,79%, ou seja, num total de 906 No ano de 2025, o cumprimento dos valores legislados atingiu 99,31%. Isto significa que, de um total de 1.017 parâmetros analisados ao longo do ano, apenas 7 apresentaram incumprimentos.

Os 7 casos de incumprimento registados foram os seguintes: 2 relativos a Bactérias Coliformes, 1 a Ferro, 1 a Cloratos, 1 a Escherichia coli (E. coli), 1 a Manganês e 1 a Turvação.

Relativamente a estes incumprimentos, foram implementadas todas as medidas corretivas necessárias para garantir a conformidade com os valores legais.

Volumes de água comprada e captada

Este ano o volume de água comprada foi de 1.530.400 metros cúbicos. Em relação à água captada, foi de 109.676 metros cúbicos. A água captada é utilizada para abastecer as zonas não servidas pela água em “alta”, sendo estas Caia, Casas Novas, Calçadinha e reforço à zona de Vila Boim.

Volume faturado por tipo de utilizador



Em 2025 verificou-se que o volume de água faturado 1.058.933 m3 aumentou em relação ao ano de 2024. Em concreto, houve uma alteração do consumo da água, sendo que o volume de água que tradicionalmente era fornecido para o sector “não-doméstico” (empresas, restaurantes, hotéis, etc.) aumentou em cerca de 10%, ao mesmo tempo que o volume de água de tipo “municipais” teve um aumento no período em análise (15%).

Tipo de utilizador	2024	2025	Variação (%)
Doméstico	784 808	797 148	1,57%
Não-doméstico	152 344	167 885	10,20%
IPSS	39 138	42 398	8,33%
Municipais	44 851	51 502	14,83%
Total	1 021 141	1 058 933	3,70%

De uma forma geral, o número total de clientes aumentou em cerca de 1,23%, o que é explicado por um aumento de cerca de 2,5% de clientes Não Domésticos.



Interrupções de fornecimento de água planeadas e não planeadas

Em termos operacionais, durante o ano de 2025 ocorreram 151 interrupções no fornecimento de água por reparações e manutenção de ramais e de condutas das quais 56 afetaram o abastecimento num período igual ou superior a 6 horas.

Construção de rede de água e instalação de ramais de água

Foi terminada a ampliação da rede de abastecimento nas Casas Novas.

Durante o ano de 2025 foram reabilitados/reparados 21 ramais no Concelho de Elvas e construídos 14 novos.

Instalação de contadores

Dando continuidade ao resultado do estudo do parque de contadores existentes, iniciado em 2016, foram substituídos 198 contadores por subcontagem. Para além destes foram ainda substituídos mais 710 contadores por antiguidade e 123 contadores por outras causas. Foram assim substituídos um total de 1.031 contadores durante o ano de 2025.

Intervenções na rede de água potável

O número total de intervenções realizadas na rede de abastecimento, derivadas de roturas, em 2025 foi de 96, tendo sido 93 em ramais de abastecimento e 3 em condutas.

Volume de água residual tratada e bruta

No ano de 2025, o volume total de água residual que deu entrada nas ETAR geridas pela empresa Águas do Vale do Tejo foi 1.529.643 metros cúbicos, sendo que o volume total de água residual que deu entrada na ETAR de Vila Fernando, gerida pela AquaElvas, foi 30.833 metros cúbicos.

No ano de 2024, o volume total de água residual que deu entrada nas ETAR geridas pela empresa Águas do Vale do Tejo foi 1.469.568 metros cúbicos, sendo que o volume total de água residual que deu entrada na ETAR de Vila Fernando, gerida pela AquaElvas, foi 27.745 metros cúbicos.

Intervenções na rede de saneamento de águas residuais

O número total de intervenções realizadas na rede de saneamento em 2025 foi de 92. Destas, 51 foram em ramais de saneamento e 41 em coletores. As avarias registadas são quase na totalidade referentes a trabalhos de desobstrução.

Estes dados revelam que os ramais de saneamento continuam a ser o segmento da rede com maior incidência de intervenções, refletindo a necessidade de manutenção preventiva e corretiva frequente para garantir o funcionamento eficiente do sistema. Por outro lado, os coletores, embora com menor número de ocorrências, requerem atenção contínua, dado o seu papel crucial na evacuação adequada das águas residuais.

A monitorização sistemática das intervenções e das causas das avarias permite não só otimizar a gestão da rede de saneamento, mas também priorizar ações que minimizem interrupções e impactos nos serviços prestados à população

Durante o ano de 2025 foram construídos 17 ramais novos, em 2024 foram construídos 21 ramais novos.

Limpeza da rede de águas residuais e fossas

Além das intervenções para resolver anomalias no sistema, são realizadas operações de limpeza e manutenção, das quais resultou a limpeza de 10,20 km da rede de saneamento.

Consumos energéticos e de reagentes

Durante 2025 foram consumidos um total de 935.604kWh em todas as instalações de captação de água e estações elevatórias de água potável e um total de 74.230 kWh em todas as instalações elevatórias de águas residuais

Durante 2024 foram consumidos um total de 899.012kWh em todas as instalações de captação de água e estações elevatórias de água potável e um total de 69.293 kWh em todas as instalações elevatórias de águas residuais.

Tendo em conta a necessidade de desinfecção da água bruta, bem como a recloração da água comprada, foram consumidos 11.657Kg de hipoclorito de sódio durante o ano de 2025, sendo que o valor em 2024 foi de 19.280Kg.

SISTEMA DE GESTÃO DE QUALIDADE, AMBIENTE E SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO

A AquaElvas tem implementado o Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente, que está certificado de acordo com a norma ISO 9001 e norma ISO 14001, respetivamente, bem como o Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho, cuja base normativa de certificação é a ISO 45001.



A promoção e prevenção da segurança e saúde no trabalho é considerada um ponto fulcral no desenvolvimento das atividades diárias.

A avaliação e prevenção de riscos associados a cada atividade desenvolvida, é efetuada com uma periodicidade anual e sempre que se verificar qualquer alteração, nas condições existentes.

OBJETIVO ESTRATÉGICO/MISSÃO

A AquaElvas assumiu, como seu objetivo fundamental, a satisfação das necessidades de distribuição de água e de recolha de águas residuais da população do Município de Elvas, num quadro realista de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental.

Com a capacidade e o *know-how* do seu acionista, a AquaElvas apresentou e mantém até hoje, um projeto baseado em dois pilares fundamentais:

- Máxima Qualidade do Serviço Prestado através da utilização de tecnologia de ponta a par com uma estrutura de pessoal altamente qualificado;
- Excelência na assistência ao utilizador (Cliente).

A AquaElvas tem por missão a exploração e a gestão dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do Município de Elvas, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

RECURSOS HUMANOS



A política de gestão de recursos humanos da AquaElvas é definida em relação direta com a estratégia do grupo FCC, no sentido de garantir a existência de um conjunto de procedimentos e ferramentas que contribuam diretamente para a melhoria dos processos de gestão e que permitam alcançar os objetivos do sistema de gestão da qualidade, segurança, ambiente e responsabilidade aos quais nos propusemos, assegurando o envolvimento de todos os colaboradores.

Neste sentido, a AquaElvas procura conciliar o interesse e os objetivos de cada colaborador com os da empresa, definindo princípios de melhoria contínua, investindo na formação, na motivação, bem como nas condições de trabalho e segurança.

O número médio de pessoas ao serviço da empresa foi, no período findo em 2025 e 2024, de 19 e 18 pessoas respetivamente.

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

A evolução da situação económica da AquaElvas espelha, entre outras, a realidade de uma empresa com uma gestão orientada para o equilíbrio da exploração, a médio prazo, de um serviço de cariz público essencial, que procura níveis de atendimento e padrões de qualidade elevados, adotando uma política tarifária que vise promover no médio prazo o equilíbrio económico-financeiro sustentável da empresa.

A análise económica e financeira que a seguir se apresenta procura resumir os resultados e a situação financeira e patrimonial, alcançados pela AquaElvas no ano de 2025, devendo ser lida em conjugação com as demonstrações financeiras do período e as respetivas notas.

Volume de Negócios

O volume de negócios atingiu no final do período em análise, cerca de 4,366 milhões de Euros, registando um aumento face a 2024 (4,086 milhões de Euros) e em linha com o estimado no plano estratégico elaborado para o mesmo período.

Comparando o período atual com o anterior, regista-se um aumento na rubrica de Vendas e Serviços Prestados, de cerca de 7%.

Gastos e Perdas

O total dos gastos da AquaElvas, em 2025, foi de cerca de 4,249 milhões de Euros o qual, comparado com o período anterior, que foi de 4,197 milhões de Euros, representa um aumento de cerca de 1%. Estes valores não incluem o imposto sobre o rendimento.

A rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), na qual se inclui, para além dos materiais utilizados diretamente na rede de abastecimento de água, o valor da compra de água. Relativamente ao período em análise, esta rubrica registou 1,827 milhões de Euros, representando cerca de 43% do total dos gastos do período. Comparativamente com o período anterior, a mesma registava 1,899 milhões de Euros, representando então cerca de 45% do total dos gastos do período. A variação entre períodos da rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC) diminuiu em cerca de 4%.

A rubrica de fornecimentos e serviços externos (expurgada da aplicação da IFRIC 12 conjugada com a NCRF19 - Contratos de Construção) registou 1,352 milhões de Euros, representando cerca de 32% do total dos gastos do período. Comparativamente com o período anterior a mesma registava 1,302 milhões de Euros, representando então cerca de 31% do total dos gastos do período. A variação entre períodos da rubrica de fornecimentos e serviços externos foi negativa em 3%.

Os gastos com o pessoal, no montante de 478 mil Euros, representam cerca de 11% do total dos gastos do período. Comparativamente com o período anterior, a mesma rubrica registava 400 mil Euros, representando então cerca de 10% do total dos gastos do período. Esta rubrica aumentou cerca de 20%.

A rubrica de outros gastos registou em 2025 o valor de 108 mil Euros (3% do total dos gastos do período), tendo registado em 2024 o montante de 206 mil Euros (5% do total dos gastos do período).

O valor dos gastos com depreciações e de amortizações apresenta o valor de 354 mil Euros, para o período em análise, face a 335 mil Euros no período anterior, representando esta rubrica, relativamente ao total dos gastos, 8% para ambos os exercícios em análise. A variação entre períodos da rubrica foi de 6%.

Rendimentos e Ganhos

O total dos rendimentos da AquaElvas foi em 2025 de 4,739 milhões de Euros o qual, comparado com o período anterior, que foi de 4,489 milhões de Euros, representa um aumento de 6%.

A rubrica de vendas e serviços prestados (sem a parte respeitante à realização do plano de investimentos) registou em 2025, 4,279 milhões Euros que, comparado com o período anterior, revela um aumento de 6% face ao valor de 4,032 milhões de Euros de 2024.

A AquaElvas registou em 2025, perdas por imparidade de dívidas a receber no montante 42 mil Euros, em 2024 a Empresa registou reversão de perdas por imparidade no montante de 51 mil Euros

A rubrica de outros rendimentos registou em 2025 o valor de 373 mil Euros; a mesma rubrica registava em 2024 o valor de 352 mil Euros. A variação entre períodos da rubrica foi positiva em 6%.

Resultado Líquido do Período

O resultado líquido do período, que ascende a 415.176,28 Euros, representa um aumento face ao período anterior, que havia registado um resultado de 288.409,14 Euros.

Evolução dos Capitais Próprios

Relativamente à evolução da rubrica de capitais próprios da AquaElvas, a mesma apresenta no final do período de 2025 um aumento de 415.176 Euros.

Apesar dos desafios decorrentes da envolvente macroeconómica, a AquaElvas continua confiante na sua estratégia para enfrentar os mesmos, mantendo-se fiel ao seu compromisso de crescimento sustentável.

Mesmo que dependentes da conjuntura económica internacional, principalmente a instabilidade que ocorreu com as taxas que os Estados Unidos impuseram à Europa, os resultados acima mencionados foram conseguidos através de uma constante monitorização e aplicação de medidas corretivas durante todo o período em análise neste relatório.

Rentabilidade

O resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) registado, foi de 845.085 Euros relativamente ao período em análise, apresentando um aumento de cerca de 35% comparativamente com o período anterior.

Relativamente ao resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (EBIT), o mesmo apresenta, face ao ano anterior, um aumento de 68%, situando-se no final de 2025 em 490.879 Euros.

	Ano 2025	Ano 2024
Rentabilidade do ativo total	3,54%	2,62%
Rentabilidade dos capitais próprios	6,98%	5,22%
Rentabilidade das vendas	9,51%	7,06%
EBITDA	845 085	627 124
EBIT	490 879	292 180

Estrutura Financeira

A análise da estrutura do Balanço, nos dois últimos anos, reflete uma tendência de melhoria entre as principais rubricas do ativo, capital próprio e passivo.

Em valores absolutos, os registos evidenciam que o ativo passou de 11.004.913 Euros em 2024 para 11.715.236 Euros em 2025.

Em termos desagregados, os capitais próprios melhoraram, passando de 5.530.290 Euros em 2024 para 5.945.466 Euros em 2025, este aumento é explicado pelo aumento dos resultados líquidos do ano. O passivo passou de 5.474.623 Euros em 2024 para 5.769.770 Euros em 2025.

Ao nível dos principais indicadores financeiros, numa análise global dos mesmos, e conforme se pode comprovar pelo quadro abaixo, verificou-se em 2025, em termos percentuais, um ligeiro aumento, face ao ano de 2024, da autonomia financeira e solvabilidade, conforme se apresenta de seguida:

	Ano 2025	Ano 2024
Capitais próprios	5 945 466	5 530 290
Passivo total	5 769 770	5 474 623
Passivo corrente	4 216 707	3 834 840
Ativo total	11 715 236	11 004 913
Autonomia financeira (Capitais próprios/Ativo total)	50,75%	50,25%
Solvabilidade (Capitais próprios/Passivo total)	103,05%	101,02%
Endividamento (Passivo total/Ativo total)	49,25%	49,75%
Estrutura do endividamento (Passivo corrente/Passivo total)	73,08%	70,05%

EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ATIVIDADE

O Conselho de Administração da AquaElvas encontra-se em mandato para o triénio 2023-2025.

A Administração da AquaElvas está determinada em manter o esforço de implementação de reformas que contribuam para uma otimização de custos e uma maior eficiência dos serviços prestados.

Alicerçada na experiência do Grupo empresarial em que se integra, na experiência adquirida ao longo dos últimos anos e na competência dos seus trabalhadores, não obstante a previsível crise económica e social com que o país se debaterá nos próximos tempos, a AquaElvas encara o futuro com grande resiliência e robustez, que lhe permitirão seguramente superar os novos desafios e alcançar os objetivos que se propõe.

DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E À SEGURANÇA SOCIAL

A empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social ou a quaisquer outras entidades públicas.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Administração propõe que ao resultado líquido do período, que ascendeu a 415.176,28 Euros, seja dada a seguinte aplicação:

Para Reservas Legais: 20.758,81 Euros

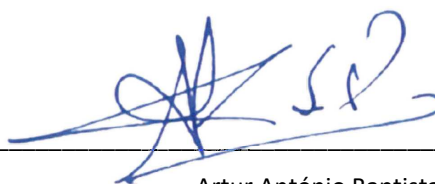
Para Resultados Transitados: 394.417,47 Euros

AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração da Aquaelvas aproveita a oportunidade para agradecer o empenho e a colaboração prestada por todos os Funcionários, Clientes, Fornecedores, Instituição Bancárias, e demais entidades que com a empresa se relacionaram.

Elvas, a 27 de março de 2026

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



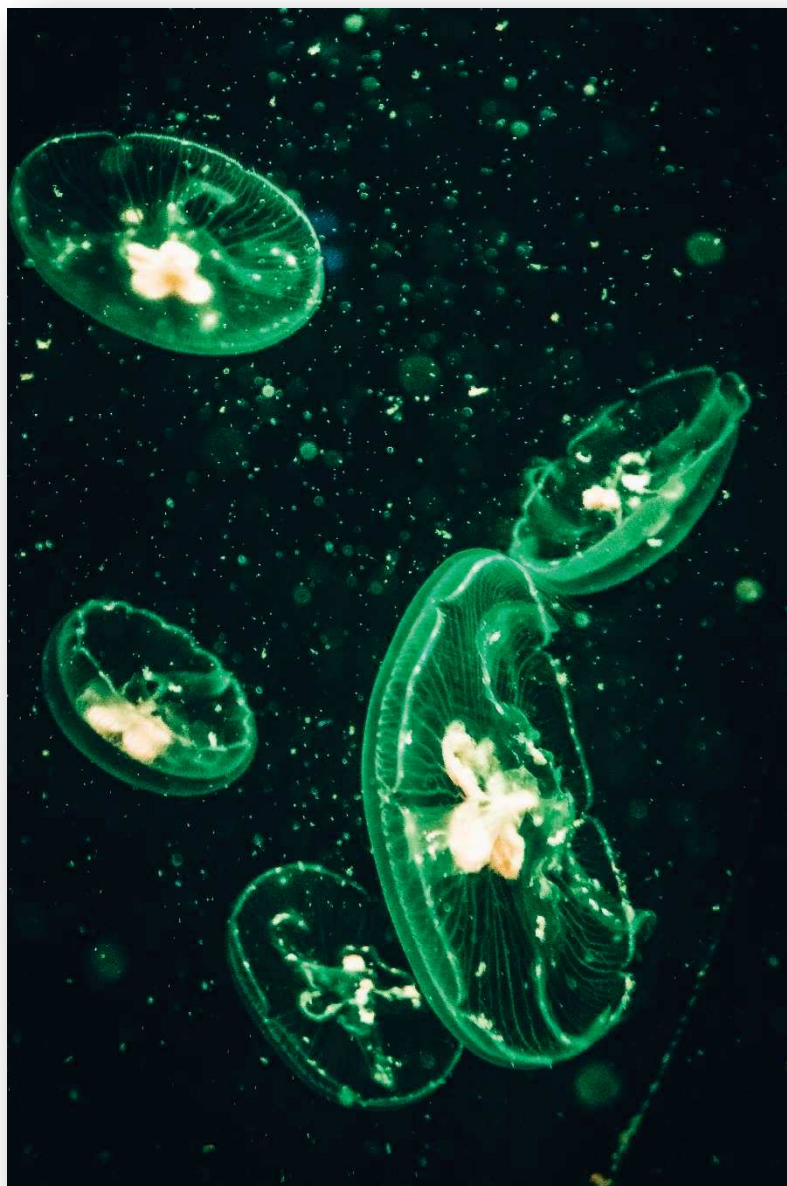
Artur António Baptista Vidal



Carlos Alberto Gonçalves Pires



Tiago Manuel Lopes Carrilho dos Santos



2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



AQUAELVAS - ÁGUAS DE ELVAS, S.A.

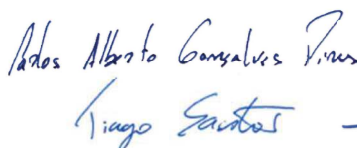
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

Em euros

	NOTAS	2025	2 024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	224 231	203 290
Ativos intangíveis	6	3 928 031	4 179 152
Outros ativos financeiros	8	3 242	3 242
Ativos por impostos diferidos	7	227 200	230 796
subtotal		4 382 704	4 616 480
Ativo corrente			
Clientes	10	1 150 189	1 001 972
Adiantamentos a fornecedores	10	5 025	11 554
Estado e outros entes públicos	9	34 327	16 311
Accionistas/sócios	12	1 250 000	1 250 000
Outros créditos a receber	10	2 438 860	2 090 530
Diferimentos	11	127 484	137 642
Caixa e depósitos bancários	4	2 326 647	1 880 424
subtotal		7 332 532	6 388 433
Total do ativo		11 715 236	11 004 913
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	14	3 160 000	3 160 000
Outros instrumentos de capital próprio	14	352 000	352 000
Reservas legais	14	77 198	62 777
Resultados transitados	14	1 941 092	1 667 104
Resultado líquido do período	14	415 176	288 409
Total do capital próprio		5 945 466	5 530 290
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	6	1 553 063	1 639 783
subtotal		1 553 063	1 639 783
Passivo corrente			
Fornecedores	13	3 704 339	3 242 084
Adiantamentos de clientes	13	45 932	37 091
Estado e outros entes públicos	9	77 577	20 604
Outras dívidas a pagar	13	388 859	535 061
subtotal		4 216 707	3 834 840
Total do passivo		5 769 770	5 474 623
Total do capital próprio e do passivo		11 715 236	11 004 913

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2025

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO




AQUAELVAS - ÁGUAS DE ELVAS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

Em euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2025	2024
Vendas e serviços prestados	15	4 366 139	4 086 327
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	16	(1 827 653)	(1 899 284)
Fornecimentos e serviços externos	17	(1 438 536)	(1 356 817)
Gastos com o pessoal	18	(478 335)	(399 680)
Imparidade de dívidas a receber ((perdas)/reversões)	10	(42 008)	50 828
Outros rendimentos	19	373 203	352 166
Outros gastos	20	(107 725)	(206 416)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		845 085	627 124
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	21	(354 206)	(334 944)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		490 879	292 180
Juros e rendimentos similares obtidos	12	37 085	48 765
Resultado antes de impostos		527 964	340 945
Imposto sobre o rendimento do período	22	(112 788)	(52 536)
Resultado líquido do período		415 176	288 409

O anexo faz parte integrante da demonstração de resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2025

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Fuaca José Simões



Pedro Alberto Gonçalves Pinheiro

Luís Santos


AQUAELVAS - ÁGUAS DE ELVAS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

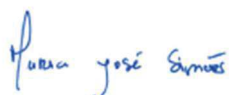
Em euros

RUBRICAS	NOTAS	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		4 141 068	3 981 644
Pagamentos a fornecedores		(3 047 299)	(2 796 213)
Pagamentos ao pessoal		(469 421)	(405 172)
Caixa gerada pelas operações		624 348	780 259
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(46 515)	(13 493)
Outros recebimentos/pagamentos		(17 004)	38 230
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		560 829	804 996
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(82 557)	-
Ativos intangíveis		(41 469)	(47 852)
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		9 420	5 072
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(114 606)	(42 780)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-	-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		446 223	762 216
Efeito das diferenças de câmbio			
		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	1 880 424	1 118 208
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	2 326 647	1 880 424

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2025

O CONTABILISTA CERTIFICADO

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO




Pedro Alberto Gonçalves Pinho



AQUAELVAS - ÁGUAS DE ELVAS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Em euros

MOVIMENTOS NO EXERCÍCIO	NOTA	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período		3 160 000	352 000	51 776	1 458 085	220 020	5 241 881
Aplicação do resultado do período anterior	14	-	-	11 001	209 019	(220 020)	-
Total dos aumentos/diminuições diretos no capital próprio		3 160 000	352 000	62 777	1 667 104	-	5 241 881
Resultado líquido do período		-	-	-	-	288 409	288 409
Posição no fim do período		3 160 000	352 000	62 777	1 667 104	288 409	5 530 290

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Em euros

MOVIMENTOS NO EXERCÍCIO	NOTA	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período		3 160 000	352 000	62 777	1 667 104	288 409	5 530 290
Aplicação do resultado do período anterior	14	-	-	14 421	273 988	(288 409)	-
Total dos aumentos/diminuições diretos no capital próprio		3 160 000	352 000	77 198	1 941 092	-	5 530 290
Resultado líquido do período		-	-	-	-	415 176	415 176
Posição no fim do período		3 160 000	352 000	77 198	1 941 092	415 176	5 945 466

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações do capital próprio do exercício findo em 31 de Dezembro de 2025

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Paula José Simões

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

António Alberto Gonçalves Pinheiro

Luís Santos

[Handwritten signature]



AquaElvas



3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



1. NOTA INTRODUTÓRIA

A AquaElvas - Águas de Elvas, S.A. (“Empresa” ou “AquaElvas”) é uma sociedade anónima, com sede na Praça da República, nº 12 em Elvas, constituída em 19 de agosto de 2008, no Cartório Notarial de Lisboa, tendo iniciado a sua atividade a 1 de maio de 2009, tendo como atividade principal a concessão da Exploração e Gestão dos Sistemas de Distribuição de Água para Consumo Público e de Recolha de Efluentes do Concelho de Elvas, incluindo esta atividade, a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos que compõem os sistemas concessionados, a realização de todas as obras necessárias à execução do plano de investimentos da concessão, bem como a realização de todos os atos necessários para a prossecução da sua atividade.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho e de acordo com a estrutura conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) e Normas Interpretativas (“NI”) consignadas nos avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho de 2015, as quais, no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por “NCRF”.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras da AquaElvas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidas de acordo com as NCRF em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as

atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

3.1 ATIVIDADE CONCESSIONÁRIA

A Empresa exerce uma atividade que consiste na prestação de serviços de interesse económico geral, indispensável ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do meio ambiente. Esta atividade é desenvolvida num enquadramento de melhoria contínua da prestação dos serviços públicos de distribuição de água para consumo público e de recolha de águas residuais. A mesma é desenvolvida num contexto definido pela legislação e regulamentação em vigor, pelo disposto nos contratos de concessão de serviço público celebrado com o Município, pelo período de 30 anos, e pelas disposições e recomendações emitidas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).

Como prestador de um serviço público, a Empresa opera num ambiente regulado. O regulador – ERSAR – nos termos da legislação em vigor, controla entre outros aspetos, a tarifa a cobrar pelos serviços prestados. No balanceamento do interesse público com o equilíbrio económico-financeiro das empresas nos termos do contrato de concessão, o regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cashflow*, com todas as consequências adversas que daí resultam.

As tarifas a praticar pela empresa carecem de aprovação pelo órgão que exerce o poder concedente, mediante o parecer do regulador sobre a sua adequabilidade.

Tendo em conta a hierarquia definida na NCRF 4 – Políticas Contabilísticas e as circunstâncias específicas dos contratos de concessão em vigor, a Empresa adotou as regras internacionalmente aplicáveis às empresas que atuam em mercados com estas características (nomeadamente a IFRIC 12).

IFRIC 12

A concessão inclui uma infraestrutura já edificada pelo Município, a construção de novas infraestruturas, a manutenção das mesmas e a sua operação. No final do prazo, estas infraestruturas retornam ao concedente em pleno estado de utilização.

Por não deter o controlo sobre as infraestruturas, à luz do definido pela IFRIC 12 foi reconhecido, como contrapartida do valor a pagar ao Município, um ativo intangível correspondente a um direito de cobrar aos utilizadores da infraestrutura de uso público, uma vez que o risco da procura é assumido pelo

cessionário. A Empresa estabeleceu contratualmente uma obrigação de efetuar um investimento inicial de 7.734 milhares de Euros (Nota 6).

De acordo com a IFRIC 12, caso a finalidade de tal investimento seja de manter ou restaurar a infraestrutura, a obrigação contratual deve ser reconhecida e mensurada de acordo com a NCRF 21, ou seja, a melhor estimativa do valor presente do custo que será necessário para realizar a obrigação. Alterações subsequentes na mensuração da responsabilidade devem ser adicionadas ou deduzidas ao custo do ativo intangível.

Uma vez que a concessão contempla a prestação de mais do que um serviço – o de construção, modernização e renovação das infraestruturas e o de exploração e gestão da concessão, a AquaElvas reconhece os réditos e os custos relacionados com a construção das infraestruturas concessionadas de acordo com a NCRF 19 – Contratos de Construção, o qual se materializa num direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público, e o rédito e os custos relacionados com a operação de acordo com a NCRF 20 – Rédito. De salientar que o direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público não se traduz num direito incondicional de receber uma determinada quantia, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

3.2 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondentes aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Vida Útil
Grupo 2 - Instalações	8 a 10 anos
Grupo 3 - Máquinas, aparelhos e ferramentas	1 a 8 anos
Grupo 4 - Material rolante ou de transporte	4 anos
Grupo 5 - Elementos diversos	3 a 8 anos



As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3 ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos termos do contrato de concessão, a concessionária reconhece um ativo intangível na medida em que lhe seja conferido o direito (licença) de cobrar um preço aos utentes do serviço público. Como no presente acordo de concessão a concessionária é remunerada em relação aos serviços de construção, modernização e renovação das infraestruturas com base num ativo intangível, o ativo intangível tem por base o reconhecimento dos gastos de construção, modernização e renovação das infraestruturas incorridos, na percentagem na proporção do total do investimento estabelecido com o município.

O ativo intangível é amortizado numa base linear, sendo as amortizações calculadas tendo por base o prazo da concessão previsto no estudo de viabilidade económico-financeira, ou seja, 30 anos.

3.4 IMPARIDADE DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Sempre que exista algum indicador que os ativos fixos tangíveis possam estar em imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar o valor recuperável de um ativo individual, é estimado o valor recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

O valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido do custo para vender; e (ii) o valor do uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente as quais as estimativas e os fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustados.

Sempre que o valor líquido contabilístico do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior ao seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados.

A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (líquido de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.5 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente com os impostos diferidos. O imposto corrente e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos, os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em períodos subsequentes, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Empresa tem um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal; e (iii) a Empresa tem intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

3.6 CAPITAL PRÓPRIO

Capital subscrito

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

Outros instrumentos de capital próprio

Esta rubrica inclui prestações acessórias que foram efetuadas pelos acionistas, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, e que ficaram sujeitas ao regime das prestações suplementares. De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC), não têm prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) e só podem ser reembolsadas se, após o seu reembolso, o capital próprio não ficar inferior à soma do capital e da reserva legal (art.º 213 do CSC).

Reserva Legal

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (art.º 296 do CSC).

Resultados transitados

Esta rubrica inclui os resultados dos períodos anteriores, para os quais não existe uma deliberação específica sobre a sua aplicação (se lucros), ou cobertura (se prejuízos).

Resultado líquido do período

Esta rubrica inclui os ganhos e perdas reconhecidos no período.

3.7 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando sejam à vista ou tenham maturidade definida, tenham associado um retorno fixo ou determinável, e não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde à quantia pela qual um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado incluem:

- Clientes;
- Outros créditos a receber;
- Diferimentos;
- Fornecedores;
- Adiantamentos de clientes; e
- Outras dívidas a pagar.

Caixa e equivalentes a caixa

A rubrica de caixa e seus equivalentes inclui os valores de caixa, depósitos à ordem e descobertos bancários, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros classificados na categoria “ao custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.8 RÉDITO

Os rendimentos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo seu justo valor do montante a receber.

Os rendimentos resultantes das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados em função do grau de execução do serviço, ou no caso dos contratos de manutenção no período de vigência dos contratos. As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.

3.9 ESPECIALIZAÇÃO DOS PERÍODOS

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização dos períodos, independentemente do momento em que as transações são faturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

3.10 PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra um exfluxo económico e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Ativos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.11 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.12 GESTÃO DO RISCO

O risco financeiro ao qual se encontra exposta a empresa é pouco diversificado, envolvendo apenas taxas de juro e crédito concedido.

O risco de crédito é muito limitado uma vez que o principal cliente são entidades de baixo risco, não se justificando economicamente a constituição de seguro de crédito.

3.13 JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- Imparidade de créditos a receber;
- Acréscimos de rendimentos e gastos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O detalhe de caixa e seus equivalentes constantes das demonstrações dos fluxos de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 era:

	Ano 2025	Ano 2024
Caixa	1 053	1 500
<u>Depósitos à ordem</u>		
Banco Santander Totta	7 979	77 843
Caixa Geral de Depósitos	1 109 554	706 269
Bankinter	1 208 061	1 094 812
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	2 326 647	1 880 424

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem foram identificados erros que devessem ser corrigidos.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

ATIVO BRUTO TANGÍVEL	Saldo em 31.12.2024	Aumentos	Abates e Alienações	Saldo em 31.12.2025
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	268 700	62 556	-	331 256
Equipamento de transporte	138 199	20 000	-	158 199
Equipamento administrativo	26 992	-	-	26 992
Total	433 891	82 556	-	516 447
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2024	Aumentos (Nota 21)	Abates e Alienações	Saldo em 31.12.2025
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	161 270	24 855	-	186 125
Equipamento de transporte	42 339	36 760	-	79 099
Equipamento administrativo	26 992	-	-	26 992
Total	230 601	61 615	-	292 216
Saldo líquido	203 290	20 941	-	224 231

ATIVO BRUTO TANGÍVEL	Saldo em 31.12.2023	Aumentos	Abates e Alienações	Saldo em 31.12.2024
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	242 250	26 450	-	268 700
Equipamento de transporte	107 892	30 307	-	138 199
Equipamento administrativo	26 992	-	-	26 992
Total	377 134	56 757	-	433 891
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2023	Aumentos (Nota 21)	Abates e Alienações	Saldo em 31.12.2024
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	143 254	18 016	-	161 270
Equipamento de transporte	14 735	27 604	-	42 339
Equipamento administrativo	26 992	-	-	26 992
Total	184 981	45 620	-	230 601
Saldo líquido	192 153	11 137	-	203 290

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

ATIVO BRUTO INTANGÍVEL	Saldo em 31.12.2024	Aumentos	Saldo em 31.12.2025
Ativos intangíveis			
Plano investimento	7 734 048	-	7 734 048
Outros ativos intangíveis	111 267	41 470	152 737
Total	7 845 315	41 470	7 886 785
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2024	Aumentos (Nota 21)	Saldo em 31.12.2025
Ativos intangíveis			
Plano investimento	3 660 248	284 219	3 944 467
Outros ativos intangíveis	5 915	8 372	14 287
Total	3 666 163	292 591	3 958 754
Saldo líquido	4 179 152	(251 121)	3 928 031

ATIVO BRUTO INTANGÍVEL	Saldo em 31.12.2023	Aumentos	Saldo em 31.12.2024
Ativos intangíveis			
Plano investimento	7 734 048	-	7 734 048
Outros ativos intangíveis	63 415	47 852	111 267
Total	7 797 463	47 852	7 845 315
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2023	Aumentos (Nota 21)	Saldo em 31.12.2024
Ativos intangíveis			
Plano investimento	3 376 030	284 218	3 660 248
Outros ativos intangíveis	809	5 106	5 915
Total	3 376 839	289 324	3 666 163
Saldo líquido	4 420 624	(241 472)	4 179 152

Provisões

As provisões registadas são referentes, essencialmente, ao montante do investimento que, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, se encontra por realizar do investimento inicialmente previsto e contratualizado, no montante de 7.734.047,98 Euros, no âmbito da concessão (este corresponde a uma obrigação contratual, reconhecida em contrapartida de ativos intangíveis).

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o movimento ocorrido na rubrica de provisões foi conforme segue:

	Ano 2025	Ano 2024
Saldo inicial	1 639 783	1 694 402
Aumentos	-	-
Diminuições - Plano de Investimento (Nota 15 e 17)	(86 720)	(54 619)
Saldo final	1 553 063	1 639 783

7. IMPOSTOS DIFERIDOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos foi conforme segue:

	Ano 2025	Ano 2024
	Ativos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos
Saldo inicial	230 796	236 902
Efeitos na demonstração de resultados		
Cientes e outras contas a receber (Nota 10)	1 447	(3 012)
Ativos intangíveis (Nota 6)	(5 043)	(3 094)
Total dos efeitos na demonstração de resultados	(3 596)	(6 106)
Saldo final	227 200	230 796

As taxas de imposto utilizada para a valorização das diferenças tributárias à data do período findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foram de 19% e 20%, respetivamente, acrescida de derrama municipal quando aplicável.

Os ativos por impostos diferidos respeitam a diferenças de critério contabilístico e fiscal na amortização de ativos intangíveis e no reconhecimento de perdas por imparidade de clientes.

8. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o movimento ocorrido na rubrica de “Outros ativos financeiros”, foi o seguinte:

OUTROS ATIVOS FINANCEIROS	Saldo em 31.12.2024	Aumento	Alienação	Saldo em 31.12.2025
Outros Ativos Financeiros - Fundos de compensação	3 242	-	-	3 242
Total	3 242	-	-	3 242

OUTROS ATIVOS FINANCEIROS	Saldo em 31.12.2023	Aumento	Alienação	Saldo em 31.12.2024
Outros Ativos Financeiros - Fundos de compensação	3 242	-	-	3 242
Total	3 242	-	-	3 242

O Fundo de compensação é um fundo autónomo, financiado pelas entidades empregadoras através de contribuições mensais que visam ao pagamento de até 50% do valor da compensação de trabalhadores abrangidos por este regime na sequência da cessação do contrato de trabalho. Sempre que a entidade empregadora cessar um contrato de trabalho e pague a compensação devida, solicita ao fundo a devolução do valor entretanto pago. Este fundo está mensurado pelo valor do custo.

A contribuição para este Fundo terminou no decorrer do ano de 2023, sendo possível continuar a solicitar o reembolso em caso de saída do funcionário ou a utilização deste Fundo para formação profissional dos funcionários da empresa.

9. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte composição:

	Ano 2025	Ano 2024
Ativo		
Imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas:		
Imposto sobre o valor acrescentado	34 327	16 311
Total	34 327	16 311
	Ano 2025	Ano 2024
Passivo		
Imposto sobre o rendimento do período (Nota 21)	67 735	6 242
Retenção de impostos sobre o rendimento de pessoas singulares	2 204	6 910
Contribuições para a segurança social e CGA	7 573	7 388
Outros impostos	65	64
Total	77 577	20 604

10. CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de “Clientes e outros créditos a receber” apresentava a seguinte composição:

Clientes

	Ano 2025	Ano 2024
Clientes		
Clientes C/C	1 280 711	1 090 486
Perdas por imparidade acumuladas	(130 522)	(88 514)
Total	1 150 189	1 001 972

O elevado montante apresentado na rubrica “Clientes C/C” está relacionado com o cliente Município de Elvas. O valor em dívida a 31 de dezembro de 2025 deste cliente ascende a 551.470 Euros (em 2024 era de 484.529 Euros), sendo que corresponde, quase na sua totalidade, a 35% de desconto na compra de água dos meses de agosto 2017 a janeiro de 2019, conforme alteração ao contrato de concessão assinado em 2017 (Nota 26).

Em dezembro de 2025, o cliente Município de Elvas também apresenta faturas em dívida relacionadas com abastecimento e saneamento no total de 61.192 Euros, em dezembro de 2024, o Município não tinha qualquer valor em dívida à Entidade.

Perdas por imparidade

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o movimento ocorrido nas perdas por imparidades acumuladas de contas a receber foi como segue:

	Ano 2025	Ano 2024
Saldo inicial	(88 514)	(139 342)
Reforço	(42 008)	(30 497)
Reversão	-	81 325
Saldo final	(130 522)	(88 514)
Varição Ano	(42 008)	50 828

Outros créditos a receber

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de “Outros créditos a receber” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2025	Ano 2024
Outros créditos a receber		
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Estimativa de produção pendente de faturação	191 691	198 670
Desconto compra de água pendente de faturação	2 232 584	1 878 121
Outros devedores - Cauções	13 739	13 739
Outros devedores	846	-
Total	2 438 860	2 090 530

O valor da rubrica “Estimativa de produção pendente de faturação”, é referente à especialização do exercício na parte de receitas, que respeitam ao desfasamento temporal, entre a faturação e a contagem real dos consumos efetuados no mês de dezembro de 2025 e 2024.

A rubrica “Desconto compra de água”, no montante de 2.232.584 Euros (1.878.121 Euros em 2024), refere-se aos rendimentos a faturar relacionados com o desconto na compra de água acordado com o Município de Elvas relativo aos meses de fevereiro de 2019 a dezembro de 2024 (Notas 16, 18 e 22).

Adiantamentos a fornecedores

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de “Adiantamentos a fornecedores” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2025	Ano 2024
Adiantamentos a fornecedores	5 025	11 554
Total	5 025	11 554

11. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de “Diferimentos” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2025	Ano 2024
Diferimentos		
Gastos a reconhecer	5 503	7 114
Gastos a reconhecer - Saneamento	121 981	130 528
Total	127 484	137 642

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Diferimentos – Gastos a reconhecer - Saneamento” inclui faturas relativas a compra de água de saneamento, referentes ao período de 2017, que apenas começaram a ser reconhecidas como gasto a partir de janeiro de 2018 (momento da correspondente atualização de tarifas) e que terminará no final da concessão.

12. PARTES RELACIONADAS

A Empresa faz parte do Grupo FCC através da participação, desde dezembro de 2020, de 100% da empresa AqualiaPortugal S.A., a qual por sua vez, é detida pela FCC Aqualia, S.A. (FCC Aqualia). As demonstrações financeiras da Empresa são incluídas na consolidação de contas do Grupo FCC.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Empresa é detida a 100% pela AqualiaPortugal, S.A. (Aqualia).

A 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Empresa apresenta os seguintes saldos com partes relacionadas:

SALDOS	Ano 2025			Ano 2024			
	Fornecedores (Nota 13)	Clientes (Nota 10)	Empréstimo concedido	Fornecedores (Nota 13)	Clientes (Nota 10)	Outras dívidas a pagar (Nota 10)	Empréstimo concedido
FCC Aqualia S.A. - Sucursal em Portugal	42 238	-	-	16 530	-	-	-
Hidrotec, Tecnología del Agua, S.L.U.	24 650	-	-	37 129	-	-	-
FCC Aqualia S.A.	10 901	87 498	1 250 000	8 583	59 833	2 247	1 250 000
Total	77 789	87 498	1 250 000	62 242	59 833	2 247	1 250 000

Em 2023, a Empresa efetuou um empréstimo à FCC Aqualia S.A., o mesmo tem um prazo de um ano com possibilidade de renovação ou antecipação de reembolso, desde que solicitado por escrito à Empresa mãe. No valor de 1.250.000 Euros, o mesmo vence juros à taxa juro de *short term rate* diminuído de um *spread* de 0,3%.

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Empresa efetuou as seguintes transações com partes relacionadas:

TRANSAÇÕES	Ano 2025		Ano 2024	
	Fornecimentos e serviços externos (Nota 17)	Juros credores	Fornecimentos e serviços externos (Nota 17)	Juros credores
FCC Aqualia S.A. - Sucursal em Portugal	453 005	-	382 124	-
Aquamaior - Águas de Campo Maior S.A.	22 320	-	21 045	-
Hidrotec, Tecnología del Agua, S.L.U.	49 275	-	48 052	-
FCC Aqualia S.A.	8 653	27 665	10 831	43 693
Total	533 253	27 665	462 052	43 693

13. FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR E ADIANTAMENTOS A CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as rubricas de “Fornecedores” e “Outras dívidas a pagar” apresentava a seguinte composição:

	Ano 2025	Ano 2024
Fornecedores		
Partes relacionadas (Nota 12)	77 789	62 242
Fornecedores conta corrente	3 626 550	3 179 842
Total	3 704 339	3 242 084

	Ano 2025	Ano 2024
Passivo corrente		
Outras dívidas a pagar		
Pessoal	18	18
Fornecedores de investimentos	-	91 478
Credores por acréscimos de gastos		
Outros acréscimos de gastos	58 829	51 506
Devedores e credores diversos		
Outros Credores Diversos - Alvarez	195 960	274 070
Outros Credores Diversos - Resíduos Sólidos	134 052	117 989
Total	388 859	535 061

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica de “Adiantamentos de clientes” apresentava a seguinte composição:

	Ano 2025	Ano 2024
Adiantamentos de clientes	45 932	37 091
Total	45 932	37 091

14. CAPITAL PRÓPRIO

Capital subscrito

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital, totalmente subscrito e realizado no montante de 3.160.000 Euros, era composto por 316.000 ações com o valor nominal de 10,00 Euros cada, pertencentes na totalidade à acionista AqualiaPortugal S.A..

Reservas Legais

De acordo com a legislação em vigor, uma percentagem não inferior a 5% dos lucros líquidos de cada período, deverá ser transferida para a reserva legal, até que esta atinja 20% do capital. Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos da empresa, depois de esgotadas todas as outras reservas.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, as “Reservas legais” ascendiam a 77.198 Euros e 62.777 Euros, respetivamente.

Aplicação de resultados

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 26 de maio de 2025, o resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2024, no montante de 273.989 Euros, foi transferido para a rubrica de reservas legais e resultados transitados, nos montantes de 14.420 Euros e 273.989 Euros, respetivamente.

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 27 de junho de 2024, o resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2023, no montante de 220.020 Euros, foi transferido para a rubrica de reservas legais e resultados transitados, nos montantes de 11.001 Euros e 209.019 Euros, respetivamente.

15. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS E SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Vendas e prestações de serviços” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2025	Ano 2024
Vendas		
Abastecimento	2 220 532	2 093 905
Saneamento	1 890 834	1 785 430
Mercadorias	475	805
Serviços prestados	167 578	151 568
Subcontratos (1) (Nota 6)	86 720	54 619
Total	4 366 139	4 086 327

(1) Corresponde à componente de proveitos relacionados na atividade de construção, reparação e manutenção das infraestruturas.

As tarifas de água e saneamento doméstico relativos aos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, são conforme se apresenta:

Doméstico por escalão	Abastecimento de água		Saneamento de águas residuais	
	2025	2024	2025	2024
	Preço unitário (€/m ³)	Preço unitário (€/m ³)	Preço unitário (€/m ³)	Preço unitário (€/m ³)
de 0 a 5 m ³	0,6218	0,609	0,5596	0,5481
de 5 a 15 m ³	1,1818	1,1575	1,0637	1,0418
de 15 a 25 m ³	2,6477	2,5932	2,3829	2,3339
superior a 25 m ³	4,0851	4,011	3,6766	3,601

De referir que os valores apresentados podem ser diferentes em função do agregado familiar, bem como da condição social do cliente. Existem também tabelas específicas para o fornecimento não doméstico.

Os valores de tarifários apresentados acima foram publicados em Edital pela Câmara Municipal de Elvas e encontram-se disponíveis para consulta no *site* da Empresa.

16. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Custo de Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas” é detalhada como se segue:

	Ano 2025	Ano 2024
Matérias-primas		
Inventários iniciais	-	-
Compras	1 827 653	1 899 284
Inventários finais	-	-
Total	1 827 653	1 899 284

A rubrica “Compras” refere-se na sua totalidade ao valor adquirido de água em 2025, sendo que ao valor indicado deve-se descontar o montante referido na rubrica “Outros rendimentos – Desconto compra de água” no montante de 354.463 Euros (341.213 Euros em 2024) (Nota 19). Este valor corresponde a 35% de desconto na compra de água, conforme a alteração ao contrato de concessão assinado em 2017 (Nota 10 e 25).

Considerando o acima referido, o valor final da compra de água em 2025 e 2024 deverá ser 1.473.190 Euros e 1.558.071 Euros, respetivamente.

17. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Fornecimentos e Serviços Externos” é detalhada como se segue:

	Ano 2025	Ano 2024
Subcontratos (1) (Nota 6)	86 720	54 619
Serviços especializados	718 021	643 353
Conservação e reparação	199 368	168 040
Energia e fluidos	172 736	192 366
Rendas e alugueres	69 732	84 572
Materiais	46 685	56 268
Deslocações, estadas e transportes	6 665	24 774
Serviços diversos	138 609	132 825
Total	1 438 536	1 356 817

(1) Corresponde à componente de custos incorridos na atividade de construção, reparação e manutenção das infraestruturas.

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, os gastos incorridos com partes relacionadas foram de 533.253 Euros 462.052 Euros, respetivamente (Nota 12).

18. GASTOS COM O PESSOAL

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Gastos com o Pessoal” é detalhada como se segue:

	Ano 2025	Ano 2024
Remunerações	383 725	320 620
Encargos sociais	78 535	68 599
Seguros de acidentes de trabalho	5 630	6 865
Outros gastos com o pessoal	10 445	3 596
Total	478 335	399 680

O número médio de colaboradores ao serviço da Empresa, no período findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, foi de 19 e 18 colaboradores, respetivamente.

19. OUTROS RENDIMENTOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Outros rendimentos” é detalhada como se segue:

	Ano 2025	Ano 2024
Outros rendimentos - Desconto compra de água (Nota 15)	354 463	341 213
Outros rendimentos	18 740	10 953
Total	373 203	352 166

Nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Outros rendimentos – Desconto compra de água” é relativa aos rendimentos a faturar relacionados com o desconto na compra de água conforme descrito nas Notas 10, 15 e 25.

20. OUTROS GASTOS

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a rubrica “Outros gastos” apresentava a seguinte decomposição:

	Ano 2025	Ano 2024
Impostos e taxas	84 704	85 031
Juros de Mora	18 866	33 772
Quotizações	120	120
Dívidas incobráveis (Nota 22)	-	81 325
Outros gastos	4 036	6 168
Total	107 726	206 416

21. GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o detalhe da rubrica de “Gastos de depreciação e de amortização” era o seguinte:

	Ano 2025	Ano 2024
Ativos fixos tangíveis		
Equipamento básico (Nota 6)	24 855	18 016
Equipamento de transporte (Nota 6)	36 760	27 604
Ativos intangíveis		
Outros ativos intangíveis (Reversíveis) (Nota 6)	292 591	289 324
Total	354 206	334 944

22. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) à taxa de 20%, nos termos do artigo 87º do Código do IRC, que pode ser incrementado pela derrama até à taxa máxima de 1,5% do lucro tributável dependendo do município onde opera. No Município de Elvas, a derrama é de 0,4%, resultando numa taxa de imposto agregada máxima de 20,4%.

Para o período de 2025, os referidos lucros tributáveis são sujeitos a derrama estadual conforme segue:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros;
- 9% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 Euros.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Empresa encontra-se ainda sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2022 a 2025 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Os gastos com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2025 e 2024 são detalhados conforme segue:



	Ano 2025	Ano 2024
Resultado antes de impostos	527 964	340 945
Amortização de investimentos reversíveis não aceites (Nota 20)	284 219	284 219
Donativos	-	-
Multas, coimas, juros compensatórios e demais infrações	80	-
Benefícios Fiscais - RCCS	(41 591)	(171 224)
Insuficiência/ Excesso estimativa impostos	(1 184)	(2 130)
Imparidade não aceite (Nota 9)	31 506	22 873
Reversão imparidade (Nota 9)	-	(81 325)
Amortização de investimentos reversíveis aceites	(253 071)	(246 877)
Outros	-	81 325
Lucro tributável	547 923	227 806
Prejuízos reportados de anos anteriores	-	-
Matéria coletável	547 923	227 806
Coleta	105 834	43 590
Derrama Municipal	2 192	911
Tributações autónomas	1 166	1 929
Imposto corrente do exercício	109 192	46 430
Retenções na fonte	2 355	1 268
Pagamento por conta (Nota 8)	39 102	38 919
Total IRC a pagar/(recuperar)	67 735	6 243
Imposto corrente do exercício	109 192	46 430
Imposto diferido ativo (Nota 7)	3 596	6 106
Imposto do exercício	112 788	52 536
<i>Resultado antes do impacto do imposto diferido ativo</i>	527 964	340 945
<i>Imposto diferido ativo (2741/ 8122)</i>	(3 596)	(6 106)
<i>Imposto do período com impacto do imposto diferido ativo no resultado</i>	(112 788)	(52 536)
<i>Resultado após impacto do imposto diferido ativo</i>	415 176	288 409

As diferenças temporárias relativas a amortizações de investimentos reversíveis correspondem à diferença existente entre as amortizações contabilísticas do ativo intangível (pelo período da concessão) e as amortizações aceites para efeitos fiscais.

No exercício de 2020, a Empresa utilizou a Remuneração Convencional do Capital Social (RCCS), o qual é um incentivo fiscal previsto no artigo 41º -A do Estatuto dos Benefícios Fiscais. Este benefício consiste na dedução ao lucro tributável de uma parte das entradas de capital efetuadas pelos acionistas à sociedade. Este benefício consiste na dedução ao lucro tributável de 7% das entradas realizadas em cada exercício, com o limite de 2 milhões de Euros, ou seja, um limite de benefício fiscal de 140 mil Euros em 2024 o mesmo terminou neste ano.

A dedução ao lucro tributável é efetuada no exercício em que são realizadas as entradas e nos cinco períodos de tributação seguintes. Consequentemente, o benefício fiscal terminou em 2024.

Decorrente do incentivo fiscal à capitalização das Empresas, preconizado no art.º 43.º D dos Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), a Empresa, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, deduziu cerca de 41.591 Euros e 31.224 Euros, respetivamente.

23. OUTROS ASSUNTOS

No dia 26 de julho de 2017 foi assinada uma alteração do Contrato de Concessão, cujas principais modificações dizem respeito ao facto de a Concessionária passar a dispor de uma nova Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) e várias Estações Elevatórias, para sua gestão e conseqüentemente manutenção, e a uma ampliação em investimentos anuais em renovação das redes, quer de abastecimento quer de saneamento.

Nessa mesma alteração ao contrato de concessão é referido que a Concessionária adquire a posição contratual do Município de Elvas no contrato de fornecimento de água em alta existente com a Águas do Vale do Tejo, mantendo o direito a um desconto de 35% do valor total da água em alta adquirida, desconto esse que se destinaria a compensar um conjunto de custos de gestão de infraestruturas incorridos pela Empresa e que eram encargo da entidade fornecedora de água em alta. Não obstante essa situação constar do contrato de concessão assinado entre a Empresa e o Município de Elvas, com a alteração ao mesmo Contrato de Concessão, as faturas da água em alta que eram anteriormente emitidas pelo Município de Elvas com o respetivo desconto de 35%, passaram a ser emitidas pela Águas do Vale do Tejo diretamente à Empresa. Tais faturas, no entanto, foram emitidas pelo montante total, sem incluir qualquer referência ao desconto de 35%, mencionado no aditamento ao Contrato de Concessão. Têm existido reuniões entre a Empresa, o Município de Elvas e a Águas do Vale do Tejo, para tentar chegar a um consenso entre as três partes envolvidas quanto à forma de regularizar a situação, uma vez que a Águas do Vale do Tejo pretende que essa regularização seja feita, não pela aplicação direta de um desconto, mas sim pela quantificação de uma compensação pela gestão das infraestruturas de água em alta, que estaria originalmente a seu cargo.

Existe um acordo entre o Município de Elvas e a Águas do Vale do Tejo, datado de 2020, que regula o apuramento e a forma de liquidação das despesas que seriam da responsabilidade desta última, enquanto fornecedora de água em alta, mas que foram incorridas pela gestão do sistema de distribuição de água em baixa, estando apenas pendente de formalizar, através de acordo ou outro tipo de compromisso entre o Município de Elvas e a Empresa, a forma como esta será compensada das despesas que realizou e que correspondem ao desconto de 35% que anteriormente era aplicado.

A Empresa mantém nas suas contas, a 31 de dezembro de 2025, um saldo de clientes a receber por parte do Município de Elvas no valor total de 551.470 Euros (Nota 10), referente ao período que vai desde 01 de agosto de 2017 a 31 de janeiro de 2019, assim como um acréscimo de rendimentos relacionado com a situação acima descrita, no valor total de 2.232.584 Euros (Nota 10), referente ao período que vai desde 01 de fevereiro de 2019 a 31 de dezembro de 2024, sendo que o Conselho de Administração não prevê qualquer perda naqueles valores a receber com referência a 31 de dezembro de 2025.

Adicionalmente, a Empresa apresenta, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, um saldo na rubrica de “Fornecedores” com as Águas do Vale do Tejo, nos montantes de 3,544 mil Euros e 3,106 mil Euros, respetivamente, relacionados com o desconto de 35% do fornecimento de água que não foi efetuado por aquela Entidade.

24. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

É convicção da Administração, apoiado pelo departamento jurídico, de que a Empresa não tem obrigações que levem a incorrer em gastos relativos a compensação por extinção de posto de trabalho no final da concessão. Esta opinião é baseada em Acórdãos existentes, bem como na Diretiva da UE 2001/23/CE, do Conselho, de 12 de março de 2001, que teve como objetivo a aproximação das legislações dos Estados Membros respeitantes à manutenção dos direitos dos trabalhadores em caso de transferência de empresas ou de estabelecimentos, ou de partes de empresas ou de estabelecimentos, e que veio consagrar, expressamente, a possibilidade de transferência dos contratos de trabalho em casos de transmissão ou de reversão de uma unidade económica do setor privado para o setor público, e vice-versa.

25. MÚTUOS E GARANTIAS

Continuidade das operações

Risco de liquidez

Este risco tem origem nos desfasamentos temporais entre os recursos gerados pela atividade e as necessidades de fundos para corresponder ao pagamento das dívidas, circulante, etc.

Em 31 de dezembro de 2025, a empresa apresentava Caixa e equivalentes no montante de 2.326.647 Euros, tendo gerado um fluxo de caixa das atividades operacionais de 560.829 Euros, não existindo

qualquer dívida financeira de curto prazo. Em 31 de dezembro de 2025, a empresa apresentava um passivo corrente inferior ao ativo corrente no montante de 1.856.116 Euros, este valor é líquido de dívidas a, e de empresas do Grupo (Nota 11).

Os Administradores da AquaElvas elaboraram o presente Anexo e apresentam estas Demonstrações financeiras com base na aplicação do princípio da continuidade das operações, uma vez que não têm dúvidas quanto à capacidade da empresa e do Grupo FCC em gerar recursos das suas operações.

Os principais objetivos do Plano Estratégico em que a empresa e o Grupo estão empenhados são os seguintes:

- Melhorar substancialmente a rendibilidade das atividades desenvolvidas pelo Grupo;
- Reduzir a dívida financeira líquida, através do desinvestimento em negócios não estratégicos;
- Localizar o investimento nos negócios que oferecem um maior retorno e possibilidades de desenvolvimento, quer diretamente quer através de sócios financeiros;
- Adequar a estrutura organizacional e os sistemas de gestão a este novo cenário.

Todos estes fatores, juntamente com as diretrizes estratégicas implementadas e anteriormente referidas devem contribuir para uma melhoria significativa do resultado bruto de exploração do Grupo onde a Empresa está inserida, uma melhor gestão do capital corrente e dos riscos associados à sua expansão internacional e para a diminuição do seu endividamento financeiro líquido. O objetivo proposto no referido Plano Estratégico é aumentar a margem bruta de exploração assim como reduzir o endividamento financeiro líquido do Grupo para níveis que se consideram adequados e de acordo com as características e recorrência de grande parte dos negócios do Grupo.

Nota de garantias

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a AquaElvas não é garante do acordo de refinanciamento do Grupo FCC.

26. LOCAÇÕES

A Empresa celebrou contratos de locações de imóveis e viaturas.

Os contratos de aluguer de imóveis são relativos a aluguer de escritório e armazéns para desenvolver a atividade, os mesmos têm o mínimo de 10 anos e um máximo de 30 anos, sendo possível renovar os

contratos mediante o aviso prévio. Também é possível o arrendatário denunciar os contratos mediante acordo entre as partes. No termino dos contratos não é possível adquirir os imóveis.

Em 2025 a Empresa não tinha ativo qualquer contrato de aluguer de viaturas, os mesmos terminaram em 2024.

A Empresa detém uma parceria com a Hidrotec (empresa do Grupo) para o aluguer de *hardware* e *software*, que se vai ajustando mensalmente em função das necessidades a empresa. Sendo possível solicitar novos equipamentos ou licenças ou devolver os mesmos sem qualquer penalização contratual nem qualquer período de permanência. Os valores de gastos incorridos com estes alugueres encontram-se na Nota 12.

Os compromissos assumidos pela Empresa, bem como os gastos incorridos em relativamente aos contratos existentes em 2025 e 2024, são conforme segue:

Aluguer imóveis	Ano 2025	Ano 2024
2025	-	27 179
2026	27 179	27 179
2027	27 179	27 179
2028 e seguintes	202 760	202 760
TOTAL	257 118	284 297

Gasto ano	Ano 2025	Ano 2024
Aluguer de viaturas	-	13 530
aluguer imóveis	27 162	26 980
TOTAL	27 162	40 510

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Paula José Simões

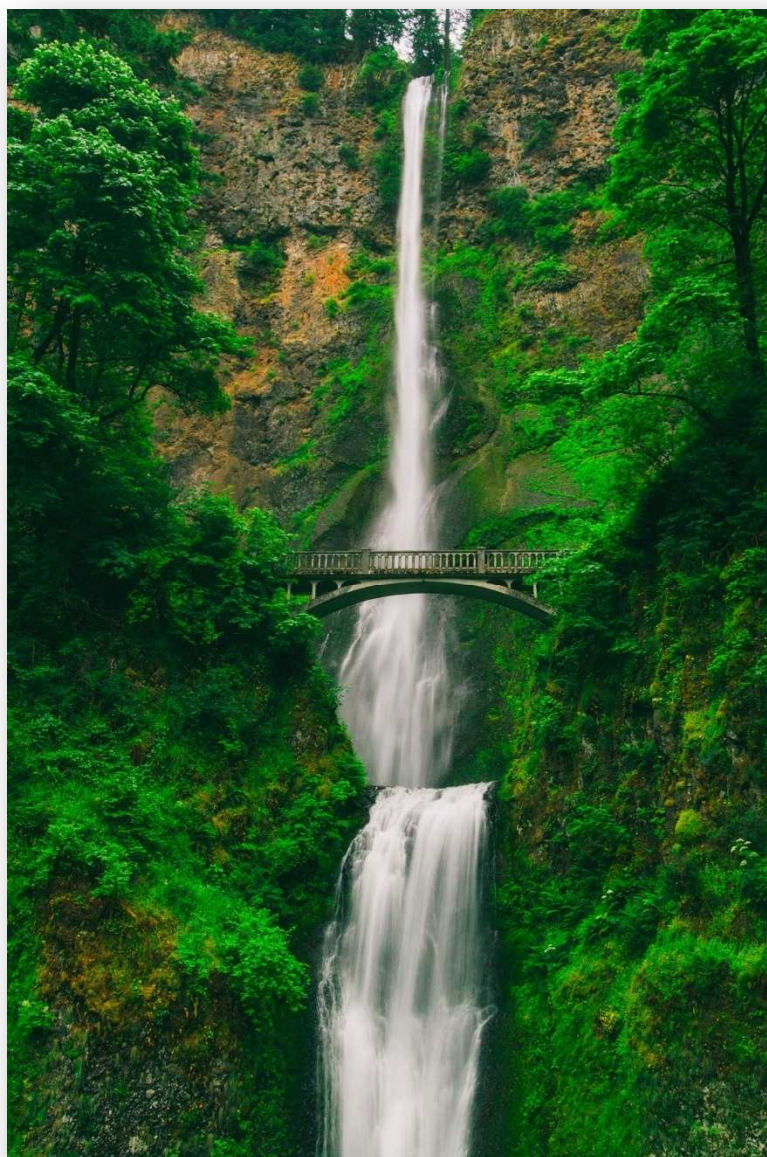
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Pedro Alberto Gonçalves Pinus

Diogo Santos

4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Aquaelvas - Águas de Elvas, S.A. (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 11.715.236 euros e um total de capital próprio de 5.945.466 euros, incluindo um resultado líquido de 415.176 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Aquaelvas - Águas de Elvas, S.A. em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme divulgado na Nota 23 do anexo às demonstrações financeiras, e em conformidade com o aditamento ao Contrato de Concessão celebrado em julho de 2017, a Entidade adquiriu a posição contratual do Município de Elvas (“Município”) no contrato de fornecimento de água em alta existente com as Águas do Vale do Tejo (“AdVT”), que previa o desconto de 35% do valor total da água em alta adquirida. Contudo, verifica-se que a AdVT está a emitir as faturas diretamente à Entidade sem incluir qualquer referência ao desconto referido de 35%. A 31 de dezembro de 2025, existe um saldo de clientes a receber por parte do “Município” e um acréscimo de rendimento, no montante de 2.784 milhares de euros (2024: 2.363 milhares de euros), relativo ao direito contratual, assim como uma conta a pagar à AdVT no montante de 3.544 milhares de euros (2024: 3.106 milhares de euros) referente àquela parcela que a Entidade não tem vindo a liquidar. Embora subsista incerteza quanto à tempestividade e forma de recuperação dos saldos, o Conselho de Administração entende que irão ser encontradas medidas que permitam assegurar a recuperação sem perdas dos referidos saldos, assegurando-se o equilíbrio económico e financeiro da concessão, e o cumprimento das diretos e obrigações contratuais.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 29 de maio de 2026

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Assinado por: **PAULO JORGE LUÍS DA SILVA**
Num. de Identificação: 09457598
Data: 2026.05.29 14:56:53+01'00'

Paulo Jorge Luís da Silva- ROC nº 1334
Registado na CMVM com o nº 20160944

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto no artigo 420 al. g) do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração de Aqualvas - Águas de Elvas, S.A. (a Entidade), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

No decurso do exercício, acompanhámos a atividade da Entidade tendo efetuado os seguintes procedimentos:

- ▶ Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- ▶ Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à Entidade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- ▶ Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas;
- ▶ Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados nas contas conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da Entidade;
- ▶ Estivemos disponíveis para receber as comunicações de irregularidades apresentadas por/provenientes dos acionistas, colaboradores da Entidade e outros;
- ▶ Confirmámos que o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e refletem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- ▶ Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade; e
- ▶ Cumprimos as demais atribuições constantes da lei e do contrato de sociedade.

No decurso dos nossos atos de verificação e validação que efetuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal de contas que efetuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas sem reservas e com uma ênfase.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Procedemos à ação de fiscalização de Aquaelvas - Águas de Elvas, S.A. nos termos do artigo 420 do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 2025 cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros aos acionistas previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 2025 satisfaz os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais; e
- (c) O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 2025, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Lisboa, 29 de maio de 2026

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Assinado por: **PAULO JORGE LUÍS DA SILVA**
Num. de Identificação: 09457598
Data: 2026.05.29 14:57:13+01'00'

Paulo Jorge Luís da Silva- ROC nº 1334
Registado na CMVM com o nº 20160944